



ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO MUNICÍPIO DE FAXINAL

De acordo com a Lei Municipal nº 1549/2012		
Faxinal-Pr, quinta-feira, 1 de março de 2018	Ano VII Edição nº30/2018	Pág. 1
ATOS DO PODER EXECUTIVO		

Diário Oficial Eletrônico do Município de Faxinal
Lei Municipal nº 1549/2012, 07 de março de 2012
Ylson Alvaro Cantagallo
Prefeito Municipal
Departamento Municipal de Licitação e compras
Setor responsável pela edição, publicação e assinatura digital
Avenida Brasil, 694, centro
CEP: 86840-000
Fone: (43) 3461-1332
Faxinal - PR
Email: diariooficial@faxinal.pr.gov.br
Site: www.faxinal.pr.gov.br

- O Comitê Municipal de Prevenção de Mortalidade Infantil deve ter composição interinstitucional e multidisciplinar com os seguintes representantes:

Representante da Secretaria Municipal de Saúde
- Vinicius Theodorovicz Costa (Secretário Municipal de Saúde)
- Suplente: Joana Martins

Representante do Corpo Clínico da Secretaria de Saúde
- Welquinson Thomaz Vilella
- Suplente: Elis Regina da Cruz Ávila

Representante do Setor de Epidemiologia
- Polyana Hernandes
- Suplente: Juliani Mansano

Representante da Atenção Básica
- Haiane Mantoani Trizotti
- Suplente: Elaine Silva S. Santos

Representante do Setor de Enfermagem do Hospital Municipal de Faxinal
- Felipe Eduardo Milani
- Suplente: Josiane Kelly de Barros

Parágrafo Único – As indicações das representações acima, após referendadas pelo Comitê Municipal de Prevenção da Mortalidade Infantil, serão homologadas pelo Secretário Municipal de Saúde.
Art. 6º - Cada membro terá um suplente, indicado pela instituição de origem, que o substituirá nos seus impedimentos.

RECURSOS HUMANOS

Regimento Interno do Comitê Municipal de Prevenção da Mortalidade Infantil do Município de Faxinal

TÍTULO I

DA CARACTERIZAÇÃO E DOS OBJETIVOS

Art. 1º - O Comitê Municipal de Prevenção da Mortalidade Infantil instituído em 1994 pela Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, foi reorganizado em 1998 através da resolução SESA nº 0262/98, que referendou o presente regimento.
Art. 2º - O Comitê Estadual de Prevenção da Mortalidade Infantil está vinculado administrativamente à Diretoria de Vigilância e Pesquisa (DVP) da Secretaria de Estado da Saúde – Instituto de Saúde do Paraná através do Centro de Epidemiologia do Paraná (CEPI)
Art. 3º - Os comitês são interinstitucionais e multiprofissionais, tendo um caráter ético, técnico, científico, educativo e de assessoria, visando a prevenção dos condicionantes do óbito infantil e apontando medidas de intervenção às instituições participantes para correção de possíveis distorções.
Art. 4º - São objetivos do Comitê Municipal de Prevenção da Mortalidade Infantil:

GERAIS:

1. Estabelecer uma rede municipal de vigilância aos óbitos infantis, incentivando a identificação de todos os óbitos de crianças menores de 1 ano, o conhecimento de suas causas e fatores determinantes.
2. Propiciar a sua utilização como "eventos sentinela", visando a detecção de falhas que tornaram o evento (óbito infantil) possível, propiciando sua correção de modo a garantir o funcionamento adequado do sistema de saúde.

ESPECÍFICOS:

1. Organizar um sistema de investigação epidemiológica dos óbitos infantis a nível estadual, regional e municipal;
2. Incentivar o aperfeiçoamento do conhecimento sobre as causas de mortalidade infantil e os fatores de risco associados, determinando inclusive a relação entre as condições de vida e o risco de mortalidade infantil;
3. Garantir a comparabilidade de estatísticas de mortalidade infantil com os níveis nacional, regional e local, fortalecendo e/ou adequando os sistemas estatísticos disponíveis com a finalidade de examinar as tendências da mortalidade e identificar os subgrupos de população de maior risco;
4. Sensibilizar os formuladores de políticas, os responsáveis pela sua execução, profissionais de saúde e comunidade sobre a situação da mortalidade infantil;
5. Recomendar aos gestores ações de intervenção para melhoria da qualidade da assistência à saúde materno-infantil e outras ações de prevenção estimulando parcerias entre diversas instituições e organizações envolvidas, governamentais ou não;

6. Estabelece critérios para avaliação do impacto das intervenções sobre a morbidade e mortalidade e mortalidade infantil e a qualidade da atenção à saúde.

TÍTULO II

DA COMPOSIÇÃO

Art. 5º

TÍTULO III

DO FUNCIONAMENTO

Art. 8º - O comitê receberá apoio técnico e administrativo do Centro de Epidemiologia do Paraná – CEPI e do GT ARO da 16ª Regional de Saúde;
Art. 9º - A presidência do comitê será preenchida por um membro eleito entre os seus pares com mandato de dois anos, podendo ser reconduzido por um mandato. Nos seus impedimentos será substituído por um vice presidente, também eleito entre os membros do comitê. Parágrafo único – A indicação do presidente e vice-presidente do Comitê Municipal de Prevenção da Mortalidade Infantil será homologada em resolução pelo Secretário Municipal de Saúde.

Art. 10º - Compete ao Presidente do Comitê Municipal:

- I – Coordenar as atividades do grupo, mantendo a integração dos componentes do comitê;
 - II – Manter contatos necessários para o desempenho das atividades do grupo, com os dirigentes das instituições em seus diversos níveis;
 - III – Homologar, assinar e encaminhar os processos analisados pelo comitê;
 - IV – Apresentar ata mensal aos membros do comitê;
 - V – Outras atividades correlatas
- Art. 11 – O tempo de duração do mandato de cada representante no comitê será de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzido a critério da instituição, entidade ou órgão de origem.
Art. 12 – Em situações especiais, havendo interesse do comitê, poderão ser convidados representantes de outros órgãos e/ou entidades que contribuam na execução de atividade específica.
Art. 13 – O comitê ficará aberto a participação de pessoas ou entidades desde que o assunto proposto venha ao encontro de seus objetivos, mediante agendamento prévio.
Art. 14 – Cada membro titular (não sendo substituído pelo seu suplente) poderá faltar a no máximo 3 (três) reuniões consecutivas ou 6 (seis) alternadas num período de 2 anos, sob pena de desligamento do comitê.
Art. 15 – O membro suplente poderá participar de todas as reuniões e atividades do comitê, com direito a voz na presença do titular e voz e voto na ausência deste.
Art. 16 – A periodicidade das reuniões ordinárias do comitê será de no mínimo 01 (uma) reunião mensal.
Art. 17 – A operacionalização dos comitês deverá seguir as seguintes etapas:
1 – Instituição dos Comitês Regionais de Prevenção da Mortalidade Infantil, preferencialmente associados aos Comitês Regionais de Mortalidade Materna.

TÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 18 – Os serviços municipais de saúde preferencialmente através do comitê municipal terá as seguintes atribuições:

1. Identificação dos óbitos infantis: O município (geralmente pelos serviços de epidemiologia) coleta informações dos óbitos através dos atestados de óbito e/ou busca ativa dos óbitos nos hospitais,

DIÁRIO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Prefeitura Municipal de Faxinal dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.faxinal.pr.gov.br



ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO MUNICÍPIO DE FAXINAL

De acordo com a Lei Municipal nº 1549/2012

Faxinal-Pr, quinta-feira, 1 de março de 2018

Ano VII Edição nº30/2018

Pág. 2

ATOS DO PODER EXECUTIVO

serviços funerários, informações obtidas por agentes comunitários de saúde, líderes da Pastoral da Criança ou outras fontes;

2. Investigação dos óbitos infantis: O município (através do serviço de epidemiologia ou outros, como por exemplo as coordenações locais de saúde) realiza investigação através dos dados da declaração de óbito, declaração de nascimento, dados do prontuário (hospitalar ou ambulatorial), visita domiciliar e entrevista com o médico se necessário;

3. Análise dos óbitos infantis: O comitê municipal analisa os óbitos investigados, determinando a causa básica, verificando sua evitabilidade e propõe medidas de controle/prevenção e encaminha as informações ao comitê regional periodicamente.

Vinicius Theodorovicz Costa
Secretário Municipal de Saúde

Polyana Hernandez
Enfermeira Epidemiologia

Joana Martins (Suplente)
Mansano (Suplente)

Juliani

Welquinson Thomaz Vilella
Eduardo Milani
Representante Corpo Clínico
Enfermeiro Hospital Municipal

Felipe

Elis Regina C. Ávila (Suplente)
Kelly Barros (Suplente)

Josiane

Haiane Mantoani Trizotti
Enfermeira Atenção Básica

Elaine S. S. Santos (Suplente)

Faxinal, 26 de Fevereiro de 2018.

DECRETO N.º 7690/2018

SÚMULA: Dispõe sobre nomeação de cargo de emprego efetivo

O Senhor **YLSO ALVARO CANTAGALLO**, Prefeito do Município de Faxinal, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1.º - Fica nomeada a senhora **THATYANE DE ABREU RIBEIRO**, inscrita no RG nº 13.158.542-0 SESP/PR e CPF nº 105.967.499-88, no cargo de Professor do Ensino Fundamental, do Quadro de Pessoal Efetivo a partir do dia 01 de Março de 2018.

Art. 2.º - Este Decreto entrará em vigor a partir desta data, revogada as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura do Município de Faxinal, Estado do Paraná, em 01 de Março de 2018.

YLSO ALVARO CANTAGALLO
Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 130/2018

O Senhor **YLSO ALVARO CANTAGALLO**, Prefeito do Município de Faxinal, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Conceder à servidora **MAGDA IONE DE MACEDO CANTAGALLO**, ocupante do cargo de Secretaria Municipal de Assistência Social, suas férias regulamentares entre os dias 01/03/2018 à 20/03/2018, sendo 10 (dez) em abono pecuniário.

Edifício da Prefeitura do Município de Faxinal, Estado do Paraná, em 01 de Março de 2018.

YLSO ALVARO CANTAGALLO
Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 131/2018

O Senhor **YLSO ALVARO CANTAGALLO**, Prefeito do Município de Faxinal, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Conceder à servidora **REGIANE APARECIDA VENANCIO**, ocupante do cargo de Farmaceutica, suas férias regulamentares entre os dias 01/03/2018 à 20/03/2018, sendo 10 (dez) em abono pecuniário.

Edifício da Prefeitura do Município de Faxinal, Estado do Paraná, em 01 de Março de 2018.

YLSO ALVARO CANTAGALLO
Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 132/2018

O Senhor **YLSO ALVARO CANTAGALLO**, Prefeito do Município de Faxinal, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Conceder à servidora **MARIA TERESA DE ALMEIDA**, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde, suas férias regulamentares entre os dias 01/03/2018 à 30/03/2018.

Edifício da Prefeitura do Município de Faxinal, Estado do Paraná, em 01 de Março de 2018.

YLSO ALVARO CANTAGALLO
Prefeito Municipal

DIÁRIO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Prefeitura Municipal de Faxinal dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.faxinal.pr.gov.br



ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO MUNICÍPIO DE FAXINAL

		De acordo com a Lei Municipal nº 1549/2012	
Faxinal-Pr, quinta-feira, 1 de março de 2018		Ano VII Edição nº30/2018	Pág. 3
ATOS DO PODER EXECUTIVO			

PORTARIA N.º 133/2018

O Senhor **YLSO ALVARO**
CANTAGALLO, Prefeito do Município de Faxinal, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Conceder ao servidor **LUCÍNIO DE ALMEIDA**, ocupante do cargo de Agente Administrativo, suas férias regulamentares entre os dias 01/03/2018 à 30/03/2018.

Edifício da Prefeitura do Município de Faxinal, Estado do Paraná, em 01 de Março de 2018.

YLSO ALVARO CANTAGALLO
Prefeito Municipal



A Certificação Digital é um conjunto de tecnologias e procedimentos que visam garantir a validade de um Certificado Digital, a ICP-BRASIL é a infraestrutura Legal Brasileira para Certificação Digital, de acordo com a Medida Provisória 2200 que estabelece e normatiza estas condições.

Sendo assim, são considerados legalmente válidos, no âmbito nacional, apenas os certificados emitidos por autoridades certificadas credenciadas junto à ICP-BRASIL. Com o uso de Certificados Digitais é possível apostar assinaturas digitais em arquivos digitais e assim atribuir-lhe o status de documento válido e original também de acordo com a Lei 11.419.